



## DECRETO Nº 9413

Regulamenta o artigo 2º,  
parágrafo único, da Lei  
Complementar nº 121, de  
30 de abril de 1985.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas  
atribuições legais,

## D E C R E T A :

Art. 1º - A Prefeitura Municipal de Porto Alegre so-  
mente concederá Alvará de Autorização para localização e funciona-  
mento de estabelecimento voltado ao comércio do ouro, metais no-  
bres, jóias usadas, cautelas de penhor da Caixa Econômica Federal  
ou à atividade de fundição de metais nobres se atendidas as dispo-  
sições deste Decreto.

Art. 2º - Além dos requisitos usuais aos demais pe-  
didos de licenciamento, o pedido de Alvará de Autorização para as  
atividades elencadas no art. 1º, deverá ser instruído com os se-  
guintes documentos:

I - Certidão Negativa da Delegacia da Receita Federal  
de todos os sócios que integram a empresa;

II - Atestado de Antecedentes expedido pela Polícia  
Federal em nome de todos os sócios da empresa, bem como dos empre-  
gados;

III - Folha Corrida Policial de todos os sócios da em-  
presa, titular de firma individual e de todos os empregados, expe-  
dida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande  
do Sul;

IV - Certidão atualizada do registro do Contrato So-  
cial ou da Declaração de Firma Individual fornecida pela Junta Co-  
mercial do Estado do Rio Grande do Sul;

V - Relação nominal dos sócios da empresa ou nome  
completo de titular de firma individual, acompanhado do número do  
registro geral da Secretaria de Segurança Pública, número do Car-  
tão de Identificação de Contribuinte do Ministério da Fazenda e o  
endereço residencial respectivo de todos eles;

VI - Relação nominal de todos os empregados da empre-

.....

PUBLICAÇÃO			REPUBLICAÇÃO			PROCESSO	P.L.E.	P.L.	RUBRICA
FONTE	DATA	PAG.	FONTE	DATA	PAG.				
						009315.89.6			



.....

sa em que conste o número e série da Carteira Profissional fornecida pelo Ministério do Trabalho, o número do registro geral da Secretaria de Segurança Pública e o endereço residencial completo.

VII - Parecer da Associação dos Joalheiros do Rio Grande do Sul, instruído na AJORSUL com:

1 - Boletim de Zoneamento fornecido pelo Banco de Informações da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

2 - Cópia autenticada dos documentos dispostos nos incisos I a VI, deste artigo.

Art. 3º - Qualquer alteração na composição societária da empresa deverá ser formalmente comunicada à Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio até o máximo de 15 (quinze) dias após o registro da respectiva alteração contratual na Junta Comercial.

I - À despedida, o afastamento a qualquer título ou a admissão de novos empregados, igualmente deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio no prazo de que trata o "caput" deste artigo, contados a partir da data da ocorrência do fato.

Art. 4º - O Alvará de Autorização de localização e funcionamento das atividades previstas por este Decreto, será sem pre válido por 1 (um) ano, renovável na forma legal, por mais 12 (doze) meses.

§ 1º - O pedido de renovação de que trata o "caput" deste artigo, deverá ser protocolizado na Prefeitura até a data do vencimento do mesmo.

§ 2º - O requerimento deverá ser acompanhado dos documentos dispostos no art. 2º, incisos I a VII, atualizados com a cópia do Alvará vincendo.

Art. 5º - O despacho decisório do pedido de Alvará de que trata este Decreto cabe exclusivamente ao titular da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, cuja competência é indelegável.

Art. 6º - Para as atividades a que se refere este Decreto é proibido anúncio ou propaganda, em qualquer logradouro público, na forma em que se apresentar.

Art. 7º - As empresas já licenciadas deverão adaptar-se às disposições deste Decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias,

.....



.....  
contados da data de sua publicação.

Parágrafo único - O descumprimento do disposto no "caput" deste artigo importa :

- a) na declaração de nulidade do respectivo Alvará;
- b) no fechamento do estabelecimento comercial;
- c) na interdição da atividade.

Art. 8º - Poderá, também ensejar a cassação do Al vará de Autorização:

I - a condenação criminal, com trânsito em julgado, de qualquer dos sócios ou titular de firma individual;

II - o desvio de finalidade da atividade licenciada.

Art. 9º - Este Decreto aplica-se aos processos ad ministrativos em curso nos órgãos técnicos municipais, entrando em vigor na data de sua publicação.

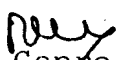
Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 03 de abril de 1989.

  
Olívio Dutra,  
Prefeito.

João Carlos Vasconcelos,  
Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

Registre-se e publique-se.

  
Tarso Genro,  
Secretário do Governo Municipal,  
respondendo.